

## Antídoto para o caciquismo

As palavras não têm o mesmo valor em inglês e português. Também neste caso denotam as profundas diferenças culturais. Refiro-me a **bargaining e compromising**, muito mal traduzidas como “barganha” e “compromisso”, num contraditório tom depreciativo-moralista, quando na realidade significam “negociação” e “acordo”, a própria substância da política.

Um jornalista do Segundo Reinado brasileiro, Justiniano José da Rocha, quase acertou quanto àquela essência, ao intitular um livro **Ação, reação e transação**. Uma dialética mais flexível, não-excludente. Só na guerra se pretende aniquilar o adversário levado ao extremo de inimigo, enquanto se glorifica o amigo como aliado. Posições diametralmente opostas às da política.

Estamos de novo assistindo a um início de impasse.

Claro que não se pode, mesmo em política, partir de concessões; a elas se chega após longos e, às vezes, tortuosos caminhos. Mas também não se pode partir do “tudo ou nada”, convite logo inicial à radicalização mútua.

As Oposições entraram em euforia com suas recentes vitórias nas votações das sublegendas e da Previdência Social, esta menor porque resultando de acordo prévio. Mas o desfecho, que ainda tem condições de tornar-se animador, até agora só fez fortalecer a tendência ao impasse. Imaginando-se governo, as Oposições demonstram que seu setor mais intransigente, se um dia no poder, não vão comportar-se melhor. Serão tanto ou mais intransigentes.

Do lado da atual maioria, por sua vez, não se vê nenhum sinal de criatividade e sim apenas a repetição de truques envelhecidos. Nada de propostas inovadoras, somente o eleitoralismo de sempre, lembrando Agamemnon Magalhães, para quem, em política, o feio só era perder.

Não é de admirar.

Os partidos têm mesmo de continuar submissos ao caciquismo. A legislação partidária não ajuda, a começar pela ausência de controle dos fundos destinados às campanhas eleitorais.

Nos Estados Unidos, eles são descontáveis, até certo ponto, no imposto de renda. Na Alemanha Federal também, embora canalizados pelas fundações partidárias em lugar do seu recebimento e uso diretos pelos candidatos. Na França, o Governo fixa um teto, até o qual ressarce as despesas do candidato, quer ganhe ou perca.

Entre nós, começa o levantamento das somas astronômicas que custarão as eleições. Um candidato já anunciou que a dele atingirá **um trilhão de cruzeiros**, o equivalente a todos os depósitos na Caixa Econômica Federal pelo território nacional.

Tudo sem qualquer controle público. Com o dinheiro rebentando os bastidores.

Chega a ser ingênuo a Lei Etelvino Lins, proibindo o transporte de eleitores até as urnas, como se isso ainda pesasse muito num eleitorado cada vez mais urbanizado.

Claro que haverá vencedores com pouco dinheiro, quem tiver um programa radiofônico bem ouvido ou for líder sindical de categoria numerosa. Mas sempre exceções.

Quando o povo se inclina para o PMDB, em breve para o PT, é porque acredita também na espontaneidade oposicionista dos seus candidatos. A derrama oposicionista de dinheiro só terá êxito a curto prazo, contribuindo para a desmoralização igualmente do partido que aceitar esta deformação em nível de escândalo.

Quanto ao PDS, evidentemente nem se fala. O mere enunciado da sigla insinua situacionismo, bem remunerada acomodação, vanglória de realizações positivas que o candidato talvez não tenha sequer apoiado...

Muita gente se surpreende com as denúncias públicas dos abusos das campanhas eleitorais, nos Estados Unidos, por exemplo. O próprio Rui Barbosa chocava-se nas suas **Cartas de Inglaterra**. Como se exatamente a veemência destes ataques não fosse a principal causa das suas punições por parte do eleitorado.

É no mínimo um exagero esperar a purificação dos seres humanos pela democracia, apesar de só através dela se terminar descobrindo os erros não só administrativos quanto éticos. Já a democracia ateniense, quatrocentos anos antes de Cristo, teve de suportar Alcibiades, que não era exatamente flor que se cheirasse. Muitíssimo pelo contrário.

E a mesma democracia matou Sócrates, acusado de ensinar os jovens a descrer nos deuses, por outras palavras, aliciá-los para a perversão ao preferir a filosofia à teologia num Estado que professava uma religião oficial.

Mas se a democracia resultou ali num saldo, foi porque também se demonstrou ser o mal menor. Quando ela confirmou o temor de Aristóteles de que a sua degeneração seria a demagogia, abriram-se de novo as portas para a tirania. E a demagogia sempre andou de mãos dadas com a corrupção eleitoral.

Não que a corrupção seja maior nas democracias. Só que a das tiranias fica escondida, disfarçada. Nas democracias, pelo menos, se deve expô-las ao julgamento público, senão minoradas através de controles por este mesmo público.

Enfim, a intransigência é um dos subprodutos do caciquismo e este se alimenta da corrupção. O antídoto consiste na visão popular dos bastidores pelo menos financeiro das campanhas eleitorais. Ai se verá porque não há acordos ou, pior, porque eles são espúrios.